



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



A EFETIVIDADE DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA PROMOÇÃO DE AÇÕES SOCIALMENTE INOVADORAS À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

THE EFFECTIVENESS OF CREDIT COOPERATIVES IN PROMOTING SOCIALLY INNOVATIVE ACTIONS IN LIGHT OF INSTITUTIONAL THEORY

Autores: Quetsia Dantas Magalhães Ribeiro, Naldeir dos Santos Vieira, Agnaldo Keiti Higuchi, Daniel Paulino Teixeira Lopes e Marcio Coutinho de Souza

Filiação: Ufvjm e CEFET-MG

E-mail: quetsia.dantas@ufvjm.edu.br, naldeir.vieira@ufvjm.edu.br, agnaldo.higuchi@ufvjm.edu.br, daniel.lopes@cefetmg.br, marcio.souza@ufvjm.edu.br

Eixo temático: << 3.5 Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais >>

Resumo

O Brasil possui problemas sociais e coletivos que evidenciam a necessidade de políticas públicas e a colaboração de organizações não estatais, em especial o cooperativismo de crédito, para fortalecer a comunidade e promover uma sociedade mais equitativa. Este estudo objetiva verificar se há limites para as cooperativas de crédito atuarem em um campo fértil para a promoção de inovações sociais nas comunidades onde estão inseridas à luz da teoria institucional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com a utilização da técnica de revisão bibliográfica decorrente de um recorte realizado de uma dissertação de mestrado a qual buscou analisar o cooperativismo de crédito como um fator de inovação social. Embora as forças isomórficas possam limitar atuações socialmente inovadoras, os resultados mostram que as cooperativas de crédito apresentaram práticas significativas e inovadoras para fortalecer suas comunidades, mesmo em um campo fortemente estruturado.

Palavras-chave: Educação financeira; cooperativismo de crédito; Teoria Institucional; impacto social; inovação social

Abstract

The lack of financial education in Brazil generates social and collective problems, highlighting the need for public policies and collaboration of non-state organizations, especially credit cooperatives, to strengthen the community and promote a more equitable society. This study analyzes the effectiveness of credit cooperatives in promoting financial education, considering Institutional Theory. It is a quantitative research with a qualitative stage that allowed measuring the contributions and impacts

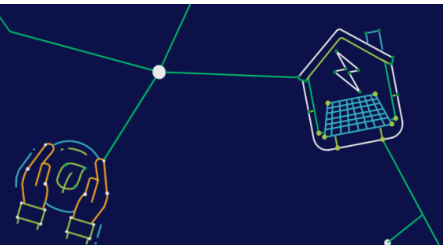




EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



of these organizations in the communities in which they are inserted. Although isomorphic forces may limit socially innovative actions, the results show that credit cooperatives in Minas Gerais presented significant and innovative practices to combat the absence of financial education in communities, even in a strongly structured field.

Key words: *Financial education; credit cooperatives; Institutional Theory; social impact; social innovation*

1. Introdução

O objeto desse estudo é utilizar a teoria institucional para verificar se há limites para as cooperativas de crédito atuarem em um campo fértil para a promoção de inovações sociais voltadas para as comunidades onde estão inseridas. Isso porque, é possível que algumas forças isomórficas dificultem o surgimento de ações socialmente inovadoras neste campo. Em decorrência destes apontamentos é que se propõe analisar a efetividade das cooperativas de crédito como agentes de transformação social à luz da teoria institucional.

O movimento cooperativista surgiu no contexto da transição entre a Primeira e Segunda Revolução Industrial, em meados do século XIX. Isso porque, na perspectiva mundial, o fenômeno da globalização econômica desencadeou as crises de ordem política, administrativa, social e financeira do Estado, que apresentou notória preocupação em adaptar-se à modernidade (FERRAREZI, 1997).

De acordo com Ferrarezi (1997), a mudança do modo de produzir e o avanço tecnológico com consequente concentração de domínio desse modo de produção na classe burguesa teve impacto na transformação da forma de organização e padrão de desenvolvimento estatal que gerou o “progressivo enfraquecimento da capacidade de regulação dos Estados nacionais sobre os diversos aspectos que dizem respeito às relações com a sociedade” (FERRAREZI, 1997, p. 1). A partir disso, para a autora, a legitimidade do Estado assistencialista passa a ser questionada em detrimento do Estado desenvolvimentista e, dentre outras, foram apresentadas reformas com o cunho de adequar o Estado às novas exigências, como a redução dos gastos do Estado com programas sociais. Tal cenário foi favorável ao destaque cada vez maior de organizações não estatais que buscavam suprir necessidades coletivas. Desse modo, dentre os vários atores sociais que compõem o fenômeno acima delineado, especificamente, têm-se as cooperativas, que são um dos atores sociais que surgiram como instrumentos para permitir que a população marginalizada do mercado de trabalho alcance seus objetivos por meio de atividades produtivas realizadas de forma coletiva. (FERRAREZI, 1997).



Por seu turno, há experiências que demonstram as cooperativas de crédito como atores fundamentais no fortalecimento da comunidade local quanto ao acesso ao crédito (PORTO, 2020; SOUZA; SCHMIDT, 2020; FILÉTI *et al.*, 2019). Exemplos disso são os estudos de Matos *et al.* (2022), Jacques e Gonçalves (2016), Zeni e Fumagalli (2019) e outros os quais demonstram o impacto positivo dessas organizações na comunidade onde estão inseridas.

Por outro lado, no campo do cooperativismo, já existem estudos sobre a teoria institucional com destaque para os processos isomórficos e, embora ainda seja uma literatura incipiente, os estudos se apresentam relevantes e têm se consolidado (ENSSLIN *et al.*, 2014).

É possível que algumas forças isomórficas possam interferir no desenvolvimento de inovações sociais praticadas pelas cooperativas de crédito mineiras, tornando relevante que os resultados obtidos com a pesquisa de campo também sejam analisados à luz do isomorfismo institucional com a finalidade de analisar a efetividade dessas organizações em seus campos de atuação. Isso porque o isomorfismo institucional expõe o motivo pelo qual as organizações, em seu processo burocrático, evoluem e acabam por se assemelharem a outras unidades resultando em crescente compatibilidade de características (DI MAGGIO; POWELL, 2005).

A partir disso, torna-se relevante o estudo para contribuir com as discussões sobre os impactos e contribuições que as cooperativas de crédito geram para a sociedade. Apesar disso, avaliá-las à luz da teoria institucional permite perceber se elas de fato impactam o meio ou estão se transformando em instrumentos inócuos para a transformação social.

2. O cooperativismo de crédito

O surgimento e a expansão das cooperativas deram origem ao cooperativismo, considerado como um termo amplo que compreende a dinâmica cooperativista, o conjunto de cooperativas existentes e a doutrina cooperativista, além de ser tido como um relevante instrumento de desenvolvimento e como estratégia de fortalecimento da economia local (SCHNEIDER, 2012; PORTO, 2020).

As cooperativas de crédito surgiram primeiro na Alemanha em meados do século XIX e ficaram conhecidas como as cooperativas de Raiffeisen e Sochulze-Delitzsch em homenagem aos pioneiros desse tipo de movimento Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Herman Schulze, respectivamente (SOUZA, 1992; JACQUES; GONÇALVES, 2016). O pioneiro Herman Schulze organizou o que ficou conhecido como “associação de dinheiro antecipado” (JACQUES; GONÇALVES, 2016).



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



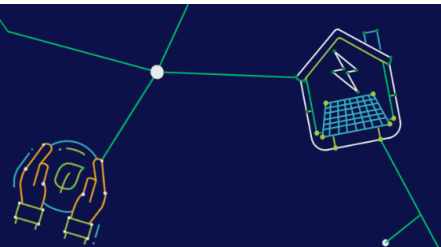
Atualmente, essas associações organizadas por Schulze são conhecidos como bancos populares na região. Na França, os pioneiros desse movimento foram Ludovic de Besse e Louis Duroand, enquanto na Itália Luigi Luzzatti criou o modelo que posteriormente levaria seu nome (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Na Europa o modelo cooperativo foi inserido na Holanda e quando criadas as cooperativas de crédito funcionavam de forma integrada a duas centrais bancárias: i) cooperativa Central de Raiffeisen – Banco de Utrecht e ii) Cooperativa Central de Boerenlee bank – Banco de Eindhoven (SOUZA, 1992). A expansão desse modelo cooperativo alcançou as Américas quando o jornalista Alphonse Desjardins idealizou uma organização inspirada nos modelos desenvolvidos na Alemanha e na Itália (JACQUES; GONÇALVES; 2016). Assim, o cooperativismo de crédito no continente americano surgiu em Levis, Quebec no ano de 1900 (SOUZA, 1992).

Desjardins “buscava a promoção do ideal coletivo para os canadenses de origem francesa, pois sofriam com o sistema financeiro que não respeitava a vocação rural de Quebec” (SOUZA, 1992, p. 20). Todavia, em meados de 1906 as cooperativas puderam expandir em razão da aprovação de algumas leis favoráveis ao movimento, sobretudo, a Lei dos Sindicatos Cooperativos (SOUZA, 1992; SOUZA, 2021). Com a expansão do movimento, o cooperativismo de crédito foi implementado nos Estados Unidos da América, inspirado pelo modelo de Desjardins, mas o público-alvo do movimento foram os trabalhadores assalariados (SICOOB, 2020). A expansão da ideia das cooperativas de crédito não ficou resumida ao hemisfério norte do mundo. Considera-se que o movimento no Brasil ocorreu de forma genuína em decorrência dos fluxos migratórios da época. Isso porque os ideais eram basicamente ligados a ideia do associativismo, da solidariedade e da mutualidade apresentadas pelo padre jesuíta Theodor Amstad (SOUZA; 2021).

Após ano de 1900 há registros das primeiras cooperativas de crédito no Brasil, quando do surgimento das Caixas de Raiffeisen instituídas respectivamente em Nova Petrópolis (RS) (1902) e Estado do Rio de Janeiro (1906) (SOUZA, 1992). De acordo com Cunha *et al.* (2020), a Caixa de Raiffeisen criada no Rio Grande do Sul foi denominada como “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad” e ficou conhecida como a maior cooperativa de crédito da América Latina (THESING *et al.*, 2020). E, entre os anos de 1902 a 1964 outras 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen surgiram no sul do Brasil.

O cooperativismo de crédito é um dos ramos do cooperativismo, conforme a Resolução OCB n. 56/2019. O ramo do cooperativismo de crédito reúne as cooperativas que promovem a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados, assegurando-lhes acesso aos instrumentos do mercado financeiro



(OCB, 2019). Para Cunha (2020), referido segmento auxilia seus membros a trabalhar em grupos e investir de forma consciente. Trata-se de um ramo significativo e é considerado como um importante instrumento de desenvolvimento em diversos países, como também é considerado como uma estratégia de crescimento econômico local em razão da democratização do crédito.

Nesse sentido, o cooperativismo de crédito se destaca por possuir o ideal de permitir o acesso ao crédito àqueles que apenas tinham a opção do tradicional sistema financeiro (CUNHA, 2020). Além disso, o cooperativismo de crédito é regido por princípios universais do cooperativismo, quais sejam: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre cooperativas e compromisso/interesse com/pela comunidade (SCHNEIDER, 2012; CUNHA *et al.*, 2020).

Contudo, “apesar do potencial de crescimento do segmento no Brasil e da importância que vem adquirindo, é grande o desconhecimento sobre o cooperativismo de crédito do nosso país (...)” (DIEL; SILVA, 2014, p. 37).

3. Relevância das cooperativas de crédito para as suas comunidades

Como demonstrado na introdução deste trabalho alguns estudos apresentam as cooperativas de crédito como potenciais instrumentos para o desenvolvimento comunitário por promoverem, dentre outros benefícios, a inovação social¹. O estudo de Jacques e Gonçalves (2016) demonstra que as iniciativas para acesso ao microcrédito realizadas pelas cooperativas de crédito são medidas socialmente inovadoras para o fortalecimento local dos indivíduos em relação ao acesso ao crédito facilitado.

Além deles, Zeni e Fumagalli (2019) realizaram um estudo sobre as cooperativas de crédito na mesorregião do sudoeste paranaense. As cooperativas de crédito dessa região possuem ênfase no âmbito rural. Os autores identificaram que a economia local foi fortalecida em razão do incentivo à poupança e dessa maneira o dinheiro ficou retido no município. Outra medida identificada por Zeni e Fumagalli (2019) foi a existência de concessão de crédito aos cooperados para o programa de habitação rural. A política foi desenvolvida para estimular a permanência dos produtores no ambiente rural.

As medidas identificadas no estudo acima mencionado podem ser consideradas de inovação social, ao passo que gerou aumento do bem-estar de

¹ A inovação social pode ser definida como aquela relacionada à ação social coletiva que visa a mudança social com a colaboração de diferentes atores (MULGAN *et al.*, 2007; BIGNETTI, 2011).



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



determinado grupo (os produtores rurais); facilitou o acesso ao crédito deles; incentivou a diminuição do êxodo rural, como também fortaleceu a economia local, tudo isso com a participação da própria comunidade nas decisões, o que implica o papel ativo dos usuários destinatários das ações da cooperativa. A própria implementação da cooperativa de crédito no semiárido do nordeste baiano, mencionado por Jacques e Gonçalves (2016), caracteriza a existência de inovação social na região. Isso porque, o acesso às instituições financeiras tradicionais não era pleno aos membros da comunidade. O acesso ao crédito facilitado por meio de uma cooperativa de crédito ensejou consequências ao desenvolvimento da região, ao passo que fortaleceu grupos menos favorecidos.

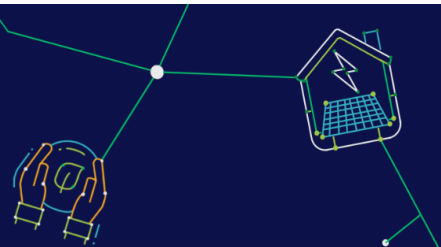
Por sua vez, o estudo de Michels *et al.* (2000) identificou que produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas de crédito foram relevantes para o setor de agronegócios, contribuindo para o desenvolvimento das propriedades rurais. Além disso, foi possível identificar os efeitos gerados pela injeção de créditos específicos e compreender os processos e a visão da cooperativa em relação aos agricultores. Os autores consideram que as cooperativas de crédito são uma opção viável para o crescimento das propriedades rurais e, por consequência, para o progresso da região.

Fleck e Moraes (2021) observaram em seus estudos diversas ações promovidas pela cooperativa de crédito que foram além das finanças, abrangendo também aspectos sociais e educacionais, trazendo benefícios para os associados e a comunidade em geral. Isso demonstra a relevância da cooperativa de crédito no incentivo ao desenvolvimento local, sendo um fator essencial para o crescimento socioeconômico da região.

Além disso, segundo Feltrim, Ventura e Dohl (2009), as cooperativas de crédito se tornam um importante ator na movimentação da economia da região em que está inserida, afinal, elas têm um impacto positivo na economia local, gerando riqueza e melhorando a qualidade de vida das comunidades em que atuam, ao fecharem o ciclo financeiro na região, reaplicando seus recursos na própria comunidade e potencializando a multiplicação de moeda por sua circulação.

No ano de 2022, Matos *et al.* (2022) identificam em seu trabalho que as cooperativas de crédito desempenham um papel significativo tanto no mercado financeiro quanto na sociedade, ao contribuir para o desenvolvimento de comunidades, tornar o acesso ao crédito mais acessível e fomentar a formação pessoal. Apontaram que “as cooperativas de crédito se destacam como as principais promotoras de educação financeira no Brasil” (MATOS *et al.*, 2022, p. 31).

Os estudos mencionados nesse tópico demonstram a potência de transformação social que pode ser gerada pelas cooperativas de crédito. Contudo,



para atender ao objetivo deste estudo é preciso ainda apresentar a teoria institucional antes de expor os procedimentos metodológicos e a análise dos dados.

3. Teoria Institucional

A teoria organizacional há muito tempo se desdobra, altera e busca compreender as organizações e seus impactos na sociedade. Desde o positivismo até as teorias mais modernas sobre o tema há uma necessidade em compreender as diversas organizações existentes. Nota-se que no mundo heterogêneo de organizações, as teorias buscaram interpretá-las. Grande parte da teoria organizacional moderna pressupõe um mundo das organizações diferenciado e diverso e, portanto, busca explicar a variação entre as organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Do ponto de vista estrutural, há a Teoria Institucional que procura explicar os fenômenos organizacionais, ou seja, como as organizações são levadas a incorporar práticas e procedimentos definidos por conceitos dominantes na sociedade enquanto estrutura (CARVALHO *et al.*, 2005). A abordagem institucional tem sido explorada em diferentes vertentes, quais sejam: a política, a econômica e sociológica. Cada uma delas possibilita meios de entendimento para os fenômenos sociais em seus respectivos campos (CARVALHO, *et al.*, 2012).

Na perspectiva política, “estruturas legais e formas particulares de governança (...) enfatizam questões como a autonomia das instituições políticas em face das pressões sociais e políticas institucionais promotoras de cooperação internacional” (CARVALHO, *et al.*, 2012, p. 475). No contexto econômico, a abordagem em comento contrapõe-se aos fundamentos da economia clássica e introduziu a “estrutura social como determinante de processos econômicos” (CARVALHO, *et al.*, 2012, p. 476).

Na perspectiva sociológica, a teoria institucional é um dos novos modelos de análise dos estudos organizacionais ao lado de outros referenciais hegemônicos em teoria das organizações (MELO PEREIRA, 2012). Diz-se novos, pois sua teorização tem início nas décadas de 40 e 50 com os trabalhos de Phillip Selznick; Meyer e Rowan (1977), Scott (1995), Zucker (1977) até trabalhos de Dimaggio e Powell (1983). Selznick (1972) foi um dos percussores dessa teoria e traz à reflexão a questão acerca da 76 tendência da organização em absorver valores da comunidade em que está inserida (CARVALHO *et al.*, 2005).

No início da construção teórica da teoria institucional, teóricos começavam a reconhecer, no período entre 1950-1960, as organizações como unidades significativas no universo social e assim elas são reconhecidas também como um elo entre os indivíduos (SCOTT, 1995 apud CARVALHO *et al.*, 2012).



Para Selznick (1972) citado por Carvalho *et al.* (2012), a institucionalização seria um processo que ocorre em uma organização ao longo do tempo a partir do reflexo das peculiaridades históricas de onde a organização surgiu e de como ela foi formada, construídas pelos indivíduos que compõem essa organização, pelos grupos e relação com a comunidade a qual a organização está inserida, como também pela maneira pela qual mantêm um relacionamento com o ambiente. Só assim a organização se tornaria uma instituição.

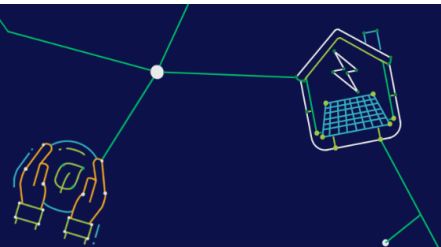
Essa definição é essencialmente alterada com os trabalhos de Meyer e Meyer e Rowan (1977) que compõem o chamado novo institucionalismo. Nesse ponto, as ideias de Selznick (1972) ficam sob a égide do velho institucionalismo (CARVALHO *et al.*, 2005). Como mencionado, a abordagem institucional a partir da abordagem sociológica é vista como uma das teorias para conhecer as organizações e as relações de interdependência entre elas e o meio ambiente (CRUBELATTE, 2007).

Contudo, diferentemente dos trabalhos de Selznick (1972), o institucionalismo que se fundamenta na perspectiva de Meyer e Rowan (1977, p. 340), parte da premissa de que “muitas estruturas organizacionais formais surgem como reflexos de regras institucionais racionalizadas”, ou seja, as organizações podem ser levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos dominantes do ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade. Sob essa nova perspectiva, as organizações perdem um relativo controle sobre o meio ambiente (CARVALHO *et al.*, 2012).

Para Machado da Silva e Fonseca (1999, p. 31) “as organizações estão insertas em ambiente constituído por regras, crenças e valores, criados e consolidados por meio da interação social”. Para esses autores, a sobrevivência das organizações depende diretamente da capacidade delas de atenderem regramentos coletivamente compartilhados.

Para Crubellate (2007), as ideias de Machado da Silva e Fonseca são centrais para compreender a perspectiva institucional fundadas na tradição sociológica com a predominância do entendimento de que “a capacidade de decisão racional dos sistemas é afetada pelas contingências do seu contexto” (CRUBELLATE, 2007, p. 202). Afinal, para Carvalho *et al.* (2012) as organizações não mais se estruturam com a finalidade exclusiva para obter eficiência em suas atividades. Elas respondem à influência do ambiente, mas não apenas as variáveis como tecnologia ou tamanho da sua estrutura, por exemplo. Valores, crenças e mitos compartilhados são capazes de influenciar esse espaço.

Logo, as organizações também não são mais fontes ou destinos de recursos materiais, mas também fontes e destinos dos chamados recursos simbólicos que



podem ser exemplificados como o reconhecimento social e legitimação. Esse duplo recurso não é o mesmo para todas as organizações, tendo cada uma delas o equilíbrio necessário para seu funcionamento. Carvalho *et al.* (2012) demonstram que nas instituições financeiras, por exemplo, há um equilíbrio entre recursos técnicos e institucionais. Já nas estruturas manufatureiras os recursos técnicos sobrepõem-se de forma determinante à estrutura institucional. Nascimento *et al.* (2010, p. 3) explica:

A teoria institucional organizacional fornece uma visão rica e complexa das organizações. Nessa teoria, as organizações são influenciadas por pressões normativas, às vezes provenientes de fontes externas, tais como o Estado, outras vezes decorrentes de dentro da própria organização. Sob certas condições, essas pressões levam a organização a ser orientada por elementos legitimados por procedimentos operacionais padrão, para a certificação profissional e a exigência, que muitas vezes têm o efeito de direcionar a atenção de desempenho da tarefa.

Para fins desse artigo, a teoria institucional será abordada a partir da sua vertente sociológica do novo institucionalismo. No novo institucionalismo, o processo para entender as mudanças dos arranjos estruturais das organizações a partir da relação com o ambiente, tendo em vista que as organizações são vistas como uma realidade socialmente construída, é denominado como institucionalização (DIAS FILHO, 2003; CARVALHO *et al.*, 2012) de forma diferente daquela caracterizada por Selznick (1972).

Assim, a institucionalização é definida como “o processo pelo qual processos sociais, obrigações ou circunstâncias assumem o *status* de norma no pensamento e nas ações sociais” (CARVALHO, *et al.*, 2012). Sob essa perspectiva, diferentemente sugerido pela versão anterior, as organizações perdem o controle sobre o ambiente.

Logo, compreender a teoria institucional é essencial para entender as mudanças estruturais das organizações, pois o funcionamento das organizações é visto como uma realidade socialmente construída (DIAS FILHO, 2003).

A teoria institucional avança para o conceito da teoria neoinstitucional. Nesta segunda, as instituições são vistas como atores políticos e formadores de decisões. O ambiente externo não é estático. Ele muda e influencia na tomada de decisões como atores políticos e a empresa, nesse novo cenário, se ver em um ambiente mais dinâmico e muito mais contingencial. Existem contingências, logo, é importante tentar focar na homogeneização do ambiente organizacional. Assim, tenta-se prever essas mudanças (DIAS FILHO, 2003).

O institucionalismo endossa a importância dos valores externos para a organização, uma vez que, para a teoria, o ambiente pode ser capaz de gerar visões compartilhadas coletivamente de modo que as organizações, sobretudo aquelas que



pertencam ao mesmo grupo, se constituem em generalizações “pautadas pela busca por legitimidade de proficiência” (CALLADO *et al.*, 2014, p. 208). Nesse contexto, Dimaggio e Powel (2005) questionam o porquê da existência de homogeneidade surpreendente de formas e práticas organizacionais.

Assim, inicia-se a reflexão a respeito da homogeneidade no campo dos estudos organizacionais. Isso porque, no início das organizações os campos organizacionais apresentam uma abordagem diversa, mas uma vez que um campo se torne bem estabelecido, há um impulso inexorável em direção à homogeneização.

O conceito que melhor explicaria o processo de homogeneização é o de “isomorfismo”. O isomorfismo tratado em Dimaggio e Powell (2005) é considerado um clássico da nova corrente institucional, pois os autores oferecem uma análise macro instrumental de mudança estrutural nas organizações (PECI, 2006).

Dimaggio e Powel (2005, p. 76) explicam que o isomorfismo “constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais”. Nesse contexto, as organizações “acabam se ajustando às exigências da faceta técnica e institucional do seu ambiente, com base nas opções de ação convencionalmente aceitas a fim de alcançar legitimidade em seu campo” (MUSSI; SPULDARO, 2008, p. 40). A mudança que ocorre nas empresas para que alcancem esse “estado” de homogeneização não está ligada só a busca pela eficiência, mas com a conformidade com o ambiente institucional que lhes garantem legitimidade no sistema social (MUSSI; SPULDARO, 2008).

Existem dois tipos de isomorfismo: o competitivo e o institucional. O primeiro pressupõe uma racionalidade sistêmica que enfatiza a competição no mercado. O segundo constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que permeiam parte considerável da vida organizacional moderna (DIMAGGIO; POWEL, 2005).

Ademais, existem três mecanismos que conduzem ao isomorfismo institucional: o isomorfismo coercitivo, o mimético e o normativo. O primeiro deriva das influências políticas e pressão formal ou informal para a adequação dos padrões organizacionais exercidos por outras organizações ou pela própria expectativa cultural da comunidade que as organizações se inserem (DIMAGGIO; POWEL, 2005).

O isomorfismo mimético se caracteriza a partir da necessidade de imitação. Isso significa que quando as organizações – em geral aquelas que não conseguem resolver seus problemas por conta própria – não encontram solução para determinada questão, preferem assumir uma postura de acordo com uma determinada organização considerada líder naquele segmento, ou seja, implementam processos



semelhantes à outra organização a assim consideram seu funcionamento como socialmente aceitas dotadas de validade (FREITAS; FREITAS, 2013).

Por fim, o mecanismo normativo do isomorfismo institucional se trata da mudança organizacional por meio da profissionalização. A base profissional das organizações acaba por se assemelharem na medida em que os métodos de trabalho e as condições dele são comuns (FREITAS; FREITAS, 2013). Tal similaridade conduz às organizações a formas e práticas semelhantes que as levariam a determinado padrão de qualidade da sua base (DIMAGGIO; POWEL, 2005). Para esses autores, o isomorfismo normativo é caracterizado pela maneira considerada certa e verdadeira como a organização procede.

Soma ao conceito deste terceiro mecanismo o estudo de Mussi e Spuldaro (2008), quando abordam o isomorfismo normativo emergente das normas/regras. Para os autores, o conjunto normativo impõe às organizações determinadas formas, restrições e obrigações que inviabilizam a alteração de práticas consideradas como corretas por estarem definidas em regimentos. Além disso, o excesso de regulamentação inibe ações novas em determinado setor, como também resulta na homogeneização de determinadas ações ou estruturas da organização (MUSSI; SPULDARO, 2008).

Os estudos de Simão *et al.* (2016), Freitas e Freitas (2013), Carpes e Meyer (2020) e Gomez e Pérez (2016) além de subsidiarem o debate teórico a respeito do isomorfismo no ambiente cooperativo, demonstraram em comum que as cooperativas tendem a sofrer forças isomórficas para atuarem. Em que pese os estudos terem suas limitações, é possível identificar o processo de transição das cooperativas para o viés econômico podendo se tornar inócuo para a transformação social.

4. Procedimentos metodológicos

Este artigo é recorte de uma dissertação de mestrado que objetivou analisar o cooperativismo de crédito mineiro como fator de inovação social. Para chegar ao resultado final daquela dissertação, foi necessário realizar algumas etapas qualitativas para a construção do seu marco teórico, o qual permitiu que construtos teóricos fossem realizados. O referencial teórico dela permitiu, ainda, subsidiar sua etapa quantitativa, posto que a criação do questionário lá utilizado foi construído com base no conjunto teórico desenvolvido.

Todavia, a etapa qualitativa realizada na dissertação permite atender ao objetivo proposto neste artigo: verificar se há limites para as cooperativas de crédito atuarem em um campo fértil para a promoção de inovações sociais nas comunidades onde estão inseridas à luz da teoria institucional. Dessa maneira, considerando a



dissertação utilizada como fonte deste artigo, o procedimento metodológico aqui adotado consistiu em utilizar a revisão bibliográfica existente na dissertação, a qual compõe a sua etapa qualitativa, como também aproveitar a etapa quantitativa da mesma pesquisa que subsidiou a análise da teoria institucional no ambiente do cooperativismo de crédito mineiro.

Dessa maneira, este artigo tem natureza de pesquisa qualitativa por permitir uma análise sobre o objetivo em questão, a partir de uma abordagem mais subjetiva e interpretativa (GIL, 1999). Além disso, possibilitou uma compreensão mais ampla sobre as dinâmicas institucionais que envolvem as cooperativas de crédito e sua relação com a sociedade.

Logo, para a construção do marco teórico foi necessário buscar referências teóricas que ajudassem a entender o contexto das cooperativas de crédito e suas possibilidades de ação socialmente inovadoras para o fortalecimento nas comunidades onde as cooperativas estão inseridas. Para além disso, verificar os estudos os quais abordam sobre a presença (ou não) de processos isomórficos nessas organizações permitem identificar se as cooperativas de crédito são atores de transformação social ou se tornaram mais um instrumento do mercado econômico.

A revisão bibliográfica foi realizada com base em diferentes fontes, incluindo periódicos dissertações e teses. As buscas foram realizadas em bases de dados eletrônicas, *Google Acadêmico*. Para a seleção dos trabalhos, foram adotados critérios como relevância do tema e rigor metodológico que atendessem às palavras chaves colocadas no cursor como [cooperativas de crédito], [teoria institucional], [cooperativas de crédito e relevância comunidades].

Desse modo, por ordem de relevância, foram selecionados estudos que são capazes de apresentar a influência dos processos isomórficos nas cooperativas de crédito. O critério de inclusão para a escolha desses artigos foi verificar a correlação entre os dois temas (cooperativismo de crédito e teoria institucional). Além disso, para atender o objetivo proposto neste trabalho, foi utilizado o recorte da etapa quantitativa da mencionada dissertação. Nela, houve aplicação de questionário para as cooperativas de crédito mineiras registradas na OCEMG que, dentre outros fatores, analisaram premissas que permitam identificar a presença de processos isomórficos nas cooperativas de crédito mineiras promotoras de ações socialmente inovadoras voltadas para a educação financeira comunitária. Do universo de 172 cooperativas de crédito do campo citado, foram obtidas respostas de 36, no período entre setembro de 2022 e novembro do mesmo ano. Embora tenha sido uma pesquisa de análise não probabilística, foi possível perceber a incidência de um campo fortemente estruturado, mas a partir dos resultados lá contidos, compreender que o campo



institucional não retira das cooperativas de crédito a atuação em prol da transformação social.

5. Análise de dados

Tendo em vista a união dos resultados das duas etapas (qualitativa e quantitativa) na dissertação do qual este artigo se origina, tem-se a seguinte análise de dados.

Os estudos de Meyer e Rowan (2001) apresentam a premissa de que as estruturas organizacionais estão inseridas e são reflexos dos contextos institucionais. Para Freitas e Freitas (2013, p. 1003) “as organizações que incorporam elementos socialmente legitimados e racionalizados em suas 81 estruturas formais possuem maiores condições de maximizarem sua legitimidade e aumentar sua sobrevivência”.

Nesse contexto, Carpes e Meyer (2020) inicialmente identificam a diversidade de teóricos que apresentam indícios sobre a existência de distorção do modelo cooperativo justamente sob o argumento das assimilações isomórficas. Isso porque, as cooperativas estão inseridas em um modelo de mercado econômico não cooperativo e, portanto, não deveriam ser competitivas em relação ao mercado (CARPES; MEYER, 2020). Ainda, Gómez e Sosa (2015) afirmam que o debate sobre o isomorfismo nas cooperativas de crédito é relevante ao passo que é percebido no meio delas comportamentos que reproduzem as empresas tradicionais, cujo objetivo é o lucro.

Para Michels (2000), a perspectiva social cooperativa é mais importante do que a perspectiva de mercado/competitividade e o sucesso dela estaria intrinsecamente ligado ao caráter solidário e ao ganho social. A partir disso, Carpes e Meyer (2020, p. 72) apontam que as cooperativas “têm invariavelmente assimilado tendências capitalistas”, o que permite considerar que há incidência do isomorfismo coercitivo em relação a estruturação do ambiente cooperativo.

O estudo de Simão *et al.* (2016) demonstra que o caminho para as cooperativas é adequar sua estrutura organizacional, pois os novos modelos de negócio destacam mais as variáveis econômicas do que as variáveis políticas ou sociais. Para os autores, a conformidade das cooperativas à perspectiva econômica, “propiciaria ao empreendimento condições de garantir seu papel social” (SIMÃO *et al.*, 2016, p. 66).

A discussão da compatibilidade ou não sobre as cooperativas de crédito se assemelham a grandes organizações do setor sob a ótica da perspectiva do mercado e, logo, sofrerem influências isomórficas, pressupõe também a complexidade da cooperativa, pois conforme Simão *et al.* (2016) esta deve ter: i)



proposta social; ii) performance financeira; iii) desenvolvimento local e iv) filantropia (negócio não lucrativo).

Ao tratar sobre a proposta social da cooperativa, tem-se que esta está voltada para a melhoria da qualidade de vida dos seus associados “mediante o preenchimento de uma falha de mercado” (SIMÃO *et al.*, 2016, p. 67). Para tanto, desenvolver ações voltadas para a educação financeira é importante, afinal, seus cooperados esperam obtenção de resultados que melhorem sua condição econômica.

Contudo, ao considerar os princípios cooperativistas, nota-se a necessidade de contribuir para o desenvolvimento social local. Logo, o foco da atividade, além da obtenção econômica, é proporcionar fortalecimento da comunidade a qual a cooperativa se insere. Por fim, a filantropia perpassa por missões de cunho social em que possa estabelecer a relação de confiança e práxis cooperativa (SIMÃO *et al.*, 2016). Neste último ponto, podem os projetos sociais das cooperativas serem importantes instrumentos dessa relação.

Embora haja a preocupação, Carpes e Meyer (2020) identificaram que as grandes cooperativas buscam equilibrar aspectos da produção/mercado com a preocupação e desenvolvimento social, o que poderia ser um “potencial poder de barganha no mercado frente aos demais agentes econômicos (CARPES; MEYER, 2020, p. 80).

Os estudos de Simão *et al.* (2016), Freitas e Freitas (2013), Carpes e Meyer (2020) e Gomez e Pérez (2016) além de subsidiarem o debate teórico a respeito do isomorfismo no ambiente cooperativo, demonstraram em comum que as cooperativas tendem a sofrer forças isomórficas para atuarem. Em que pese os estudos terem suas limitações, é possível identificar o processo de transição das cooperativas para o viés econômico.

Especialmente Gomez e Pérez (2016) retratam que as cooperativas de poupança e empréstimo do México foram levadas ao isomorfismo institucional coercitivo quando houve a necessidade de estipulação de regras e regulamentos para conferir as garantias e proteções necessárias aos cooperados poupadores, livrando-as de fraudes. Para os autores, o estudo considerou que as regras aplicáveis à cooperativa de poupança no México foram fundamentais para a criação de fundos de proteção, fiscalização e previsão de sanções. Constaram, portanto, um processo isomórfico que levou a maior segurança jurídica aos cooperados.

Carpes e Meyer (2020) também constataram que as cooperativas agropecuárias brasileiras obtiveram oportunidades de crescimento quando foi permitido que estas estruturas se assemelhassem com instituições do mesmo setor.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



Especificamente, o mecanismo mimético foi o principal identificado no estudo ao passo que foi revelado o cuidado que essas organizações têm em utilizar técnicas já adotadas no mercado por outras instituições. Tal medida permite a validação das cooperativas na realidade social e a tendência é a busca de técnicas já legitimadas no mercado.

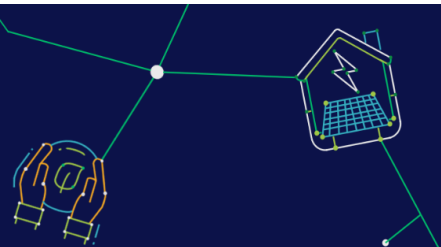
Por seu turno, Freitas e Freitas (2013) apresentaram a necessidade da adequação das cooperativas de crédito ao ambiente institucional. Destacaram o BACEN enquanto instituição determinante de normas e padrões para as atividades financeiras que colaborou para o mecanismo isomórfico coercitivo. Destacaram o mecanismo mimético quando identificaram a adoção de práticas já realizadas por outras instituições. Além disso, relacionaram diretamente a necessidade de manutenção das cooperativas no ambiente de mercado com o seu reconhecimento.

Além disso, a etapa quantitativa da dissertação a qual buscou verificar a incidência de processos isomórficos nas cooperativas de crédito mineiras demonstrou que a realização dos projetos e/ou ações sobre educação financeira realizados por elas foram inspiradas em outras cooperativas. Isso refletiria o processo de homogeneização definido por Dimaggio e Powell (2005). A partir do conceito trazido pelos autores de que as organizações se assemelham às outras, com enfrentamento do mesmo conjunto de condições, nota-se presença dessa homogeneização quando cooperativas se inspiram nas outras para promoverem os projetos e/ou ações. Desse modo, ficam em conformidade perante o ambiente institucional garantindo-lhes legitimidade no sistema social (FREITAS; FREITAS, 2013).

Em grande parte das cooperativas respondentes identificou-se que existem normas emitidas pelo Banco Central as quais estimulam a idealização de iniciativas sociais a serem realizadas pelas cooperativas, inclusive por elas serem distintas das demais instituições financeiras. Nota-se que para os respondentes, as normas emitidas pelo Banco Central contribuem para a idealização e execução dos projetos e/ou ações. Conforme Mussi e Spuldaro (2008) ocorre, nesse caso, o isomorfismo normativo decorrente das normas onde as práticas consideradas como corretas são estimuladas pela regulamentação.

6. Considerações finais

Como apresentado na introdução deste artigo, o objeto desse estudo é utilizar a teoria institucional para verificar se há limites para as cooperativas de crédito atuarem em um campo fértil para a promoção de inovações sociais voltadas nas comunidades onde estão inseridas.



Por se tratar de um recorte de dissertação os resultados aqui apresentados são fruto da união de duas etapas utilizadas naquela. A etapa qualitativa permitiu verificar a incidência de processos isomórficos nas cooperativas de crédito à luz de artigos já publicados com análises mais subjetivas e interpretativas. Por seu turno, a etapa quantitativa da dissertação permitiu que, dentre outros fatores, fossem analisadas premissas que permitam identificar a presença de processos isomórficos nas cooperativas de crédito mineiras.

Dessa maneira, é possível considerar que, primeiro, as cooperativas de crédito são relevantes atores no processo de fortalecimento de suas comunidades. Segundo, os processos isomórficos incidem nelas ao ponto de melhorá-las a partir do ponto de vista do mercado econômico ao passo que se assemelham cada vez mais com as instituições financeiras bancárias tradicionais, o que as torna mais seguras para investimentos financeiros, por exemplo. Por outro lado, as cooperativas possuem princípios norteadores e eles regem condutas em direção às questões sociais. Nesse ponto, é possível considerar que ainda que haja um campo fortemente estruturado, há margem para a realização de práticas socialmente inovadoras pelas cooperativas de crédito diante da identificação destas experiências no âmbito de suas comunidades.

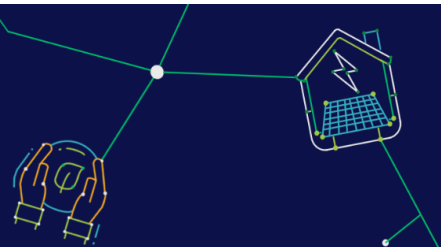
Considera-se ainda que a teoria institucional se apresenta como um marco teórico relevante para o entendimento de uma possível homogeneidade das cooperativas de crédito, porém, a relação entre as temáticas é um fator incipiente, o que reflete em menos estudos no campo acadêmico que contemple o assunto. Dessa consideração, verifica-se uma limitação deste artigo.

Sugere-se que mais pesquisas, sobretudo de natureza quantitativa, sejam realizadas no campo acadêmico com a finalidade de melhorar a mensuração da incidência de forças isomórficas nestas organizações.

REFERÊNCIAS

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A.. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. *In: Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 4, n. 1, p. 204-217, 2014.

CARPES, A.; MEYER, C. E. Isomorfismo Institucional na Adoção das Práticas de contabilidade gerencial nas cooperativas agropecuárias. *In: Anais do XXIV Congresso ANOPCONT*, Foz do Iguaçu/PR, 2020. Autor responsável: Carpes, A.



CARVALHO, C. A.; ANDRADE, J. A. de; MARIZ, L. A. Mudança na teoria institucional. *In: Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 2005

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. *In: Gestão & Org.*, v. 10, n. 3, p. 469-496, 2012.

CAULIER-GRICE, J.; DAVIES, A.; NORMAN, W., R. & P.. Defining Social Innovation. Part 1. *In: The Young Foundation*. Europa, 2012.

CUNHA, V. C.; GALLI, L. C. do L. A.; PRATES, G. A.; et al. Análise dos princípios do cooperativismo aplicados nas cooperativas de crédito: um estudo de caso na cooperativa do sistema Sicred. *In: III SITEFA Simpósio de Tecnologia*. Ed. V.3 n 1. O uso da tecnologia no compartilhamento de experiências e na aproximação entre pessoas. 2020, p. 302-312.

CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. SPE1, p. 199-222, 2007.

DIAS FILHO, J. M. Gestão tributária na era da responsabilidade fiscal: Propostas para Otimizar a Curva da Receita Utilizando Conceitos da Semiótica e Regressão Logística, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIEL, F. J.; SILVA, T. P. da. Análise da eficiência e o posicionamento do ranking das cooperativas de crédito do Brasil. *In: Interações (Campo Grande)* [online]. 2014, vol.15, n.1, pp.35-45. ISSN 1518-7012.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *In: RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

ENSSLIN, S. R. et al. Processo de mapeamento das publicações científicas de um tema: portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



de cooperativas de produção agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 587-608, 2014.

FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; VON BOROWSKI DODL, Alessandra (Ed.). **Projeto inclusão financeira: perspectiva e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Banco Central do Brasil, 2009.

FERRAREZI, E. Estado e setor público não estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. São Paulo, 1997.

FILÉTI, G. de S.; PRIM, M. A.; DANDOLINI, G. A. INOVAÇÃO SOCIAL E COOPERATIVISMO: ALIADOS NA INCLUSÃO SOCIAL. **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/749>.

FLECK, A. F.; MORAIS, R. T. R. A contribuição da cooperativa de crédito SICREDI NORDESTE RS para o desenvolvimento local da sua região de atuação. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, n. 14, p. 55-75, 2021.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 999-1019, 2013

GIL, A. C.. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMÉZ, G. L.; SOSA, F. A. P. Determinantes del isomorfismo institucional de las sociedades cooperativas de ahorro y préstamo em México. In: **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, n. 119, p. 77-106, 2015.

JACQUES, E. R.; GONCALVES, F. de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. In: **Econ. soc.** [online]. 2016, vol.25, n.2, pp. 489-509.

MATOS, A. G. de; GREATTI, L.; ZAMPIERI, J. V. M. A atuação das cooperativas de crédito em prol da inclusão financeira: estudo de caso comparado. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. e12, 2022. DOI:



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



10.5902/2359043263608. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/63608>.

MICHELS, A.; COLETTI LUNA, J.; RINALDI, D. Importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento do agronegócio. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 26, n. 55, p. 244-271, 6 ago. 2021.

MUSSI, F. B.; SPULDARO, J. D. Barreiras à inovação e a contribuição da perspectiva institucional: um estudo de múltiplos casos. In: **INMR - Innovation & Management Review**, v. 5, n. 1, p. 36-52, 2008.

NASCIMENTO, G. C.; RODRIGUES, V. J. R.; MEGLIORINI, E. Conceitos da teoria institucional: fonte propulsora de evolução para a gestão de desempenho. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2010.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. In: **Cadernos Ebape**. Br, v. 4, p. 01-12, 2006.

PORTO, W. S.; RIBEIRO; M. T. J. de B.; ANJOS, L. C. M.; et al. Precisa sobrar mais: gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras. In: **Pensar Contábil**, v. 22, n. 77, p. 34-44, jan./abr. 2020.

RIBEIRO, Q. D. M. O cooperativismo de crédito mineiro como fator de inovação social na educação financeira comunitária. 2022.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. In: **Cadernos Gestão Social**. v. 3, n 2, jul./dez. 2012.

SICCOOB. Cooperativismo de Crédito. c2020. Disponível em:
<https://www.siccoob.com.br/cooperativismo-de-credito>

SIMÃO, G. L. et al. Competitividade e Isomorfismo: análise do perfil estrutural e financeirocontábil de grandes cooperativas agropecuárias brasileiras1 1 Os autores agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). In: **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online].



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



2017, v. 55, n. 1 [Acessado 15 Fevereiro 2022] , pp. 65-84. Disponível em: . ISSN 1806-9479.

SOUZA, A. S. Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas. OCERJ – Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, 1992 pp.1-144.

SOUZA, L. R. Panorama das cooperativas de crédito no Brasil. **Deusto Estudios Cooperativos**. Num. 17, Biblao, 2021 pp. 97-130. Disponível em <http://dec.revistas.deusto.es>.

SOUZA, D. M.; SCHMIDT, D. Comparativo de desempenho econômico-financeiro e social entre cooperativas de crédito e bancos comerciais privados não cooperativos. **In: Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 2, p. 79-100, 2020.

THESING, N. J.; SOUZA, L. M.; THOMAS, T. R.; NOGUEIRA, T. P.; SANTOS, V. L. Atuação do Conselho Fiscal no processo de governança em uma cooperativa de crédito. In: Research, Society and Development, v. 9, n. 8, | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd>.

VIEIRA, N. dos S.; RIBEIRO NETO, J. M.; CANÇADO, A. C.. Educação cooperativista e inovação social: o caso da Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares – COOPDEF. **In: Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. v. 7, n. 14, 2020.

ZENI, M. A.; FUMAGALLI, L. A. W. A participação das cooperativas de crédito no desenvolvimento de pequenas cidades: o caso da mesorregião Sudoeste Paranaense. **In: Revista da FAE**, v. 22, n. 2, p. 47-62, 2019.